

DIFERENÇAS E IDENTIDADES CULTURAIS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO ESCOLAR: (RE)PENSANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE GEOGRAFIA

Differences and cultural identities in the school geographic space: (re)thinking the formation of teacher of geography

José Rodrigues de Carvalho*
Alecsandro J. P. Ratts**

* Doutorando no PPG em Geografia UFG - zecaupoeta@hotmail.com.

** Docente do PPG em Geografia UFG - alexratts@uol.com.br.

Recebido em 03/08/2018. Aceito para publicação em 20/08/2018.
Versão online publicada em 03/09/2018 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este artigo apresenta uma pesquisa de doutorado em andamento sobre diferença e identidade cultural na formação inicial e continuada de professores(as) de Geografia, mais especificamente as questões etnicorraciais e regionais. Trata-se de um estudo bibliográfico e de campo, realizado no município de Redenção, PA/Brasil, com o seguinte itinerário metodológico: levantamento do acervo de artigos, dissertações e teses em bancos de dados eletrônicos, como periódicos científicos, sites de programas de pós-graduação em Geografia e a Plataforma Sucupira/Capes. Livros complementaram as fontes. A sistematização das visões dos(as) autores(as) resultou num mapa conceitual que evidencia a necessidade de maior atenção da Geografia para com a identidade e a diferença no espaço escolar.

Palavras-chave: Identidade cultural; Diferença; Espaço escolar.

Abstract:

This article presents a doctoral research in progress about difference and cultural identity in initial and continuing training of teachers of Geography, specifically the etnicorraciais and regional issues. This is a bibliographic study and field held in municipality of Redenção, PA/Brazil, with the following itinerary: survey of methodological articles, dissertations and theses in electronic databases, such as scientific journals, websites of graduate programs in geography and platform Sucupira/Capes. Books complemented the sources. The systematization of the visions of the authors resulted in a concept map that shows the need for greater attention to Geography with the identity and difference in the school space.

Key-words: Cultural identity; Difference; School space.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma pesquisa de doutorado em andamento sobre diferença e identidade cultural na formação inicial e continuada de professores(as) de Geografia, mais especificamente as questões etnicorraciais e regionais. Defendemos que este debate pode estreitar o diálogo entre a abordagem geográfica, as teorias pós-críticas e os estudos culturais, pois a pluralidade cultural é uma questão notória nas relações de poder no espaço da escola e, nesse sentido, a ciência geográfica encerra um potencial teórico e metodológico que pode e deve contribuir com a promoção dessa demanda premente e da justiça social.

Trata-se de um estudo bibliográfico, construído a partir do seguinte itinerário metodológico:

levantamento do acervo de livros, artigos, dissertações e teses em bancos de dados eletrônicos, como periódicos científicos, sites de programas de pós-graduação em Geografia e a Plataforma Sucupira/Capes. A sistematização dos principais conceitos possibilitou uma espécie de mapa conceitual onde percebemos a necessidade de maior atenção da Geografia para com a cultura, a identidade e diferença no espaço escolar e na formação docente em Geografia para lidar com essas temáticas visando o reconhecimento da alteridade.

Nesse sentido faz-se necessário que a Geografia Escolar encampe a discussão sobre essa temática no espaço da escola, ou seja, passe a trabalhar a multiplicidade cultural, pois, “se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos” (MASSEY, 2008, p. 28). Nessa direção o significado que professores, professoras e estudantes atribuem às culturas é um elemento que através de relações cotidianas constitui o espaço escolar.

O interesse pela temática das diferenças e identidades regionais e etnicoraciais surgiu a partir das nossas experiências como docente na cidade de Redenção, município paraense, localizado na Amazônia Oriental que, segundo Lima (2013) foi fundado na década de 1960, e está situado no cruzamento das rodovias PA-287 e BR-158, no Sul do Estado. O lugar compõe um “grupo de cidades formadas sob o impacto das migrações recentes e constituíram-se em corredor migratório para outras áreas do Pará e demais estados da Amazônia” (SILVA, 2006, p. 44). A maioria dos migrantes para o citado espaço amazônica é originária de grupos subalternos, como aqueles que migraram do baixo Tocantins, dos estados de Goiás e Tocantins e do Nordeste brasileiro. Conforme essa autora, “nos novos espaços ocupados, as relações entre estes e/ou outros grupos de migrantes foram de solidariedade, mas também de alteridade e construção de estereótipos discriminatórios” (SILVA, 2006, p. 153).

As levas de migrantes para o Sul do Pará encontraram ali, milhares de indígenas da etnia Caiapó (Mebengôcrê)¹, pois, dos 39 grupos indígenas territorializados no Pará, parte deles está no Sul do Estado, mais precisamente em Redenção e municípios adjacentes. Muitas famílias indígenas residem na zona urbana e seus filhos estudam juntamente com os filhos dos migrantes não indígenas nas escolas públicas municipais. Consideramos que as diferenças culturais regionais e etnicoraciais constituem o espaço dessas escolas, dando lhe um caráter pluricultural.

Em Cashmore (2000, p. 196/197), o temo etnia vem da origem grega *ethnos*, na atualidade o mesmo ainda mantém o seu significado básico no sentido que descreve um grupo possuído de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas, ao menos em forma latente, de terem origem e interesses comuns. Por seu turno, o termo raça, conforme esse autor refere-se aos atributos dados a um determinado grupo. Trazendo o termo para o contexto cultural, Gomes (2004, p. 50) esclarece que, “etnia é o outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade”. Hall (2014) concebe a etnia como uma modalidade potencial da diferença.

A relevância dada à formação de professores e professoras encontra paralelo na emergência da demanda por justiça social no espaço da escola. Parte dessas reivindicações, conforme Woodward (2014) teve origem nos chamados “novos movimentos sociais”, vindos para o cenário político a partir dos anos de 1960, que se “juntaram às críticas marxistas denunciando as exclusões de suas culturas da cultura geral e universal” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 185), e concentram suas lutas em torno das múltiplas identidades e pelo reconhecimento e valorização das diferenças.

Identidade e diferença tornaram-se assim, um fator importante na mobilização política por inclusão desses temas na educação, como reconhecimento da sociedade pluricultural, tendo em vista que, “os sujeitos de parte dessa pluralidade tinham sido tratados de forma desigual e discriminatória ao longo dos séculos, situação que ainda não foi devidamente equacionada pelas políticas de Estado, pelas escolas e seus currículos” (SOUZA SANTOS, 2012, p. 688). Em acordo com Taylor (2000), a necessidade de reconhecimento social está relacionada à noção de identidade. A identidade designa algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definidoras e fundamentais como seres humanos, e é importante ainda, conforme Hall (2014), pela

¹ O povo do manancial (Aprendizagem e ação participativas, 2006).

centralidade para a ação política.

Quanto à diferença Moreira (2013, p. 162) lembra que, todavia, “não é claro o que se entende por esse termo. E não é o mesmo o entendimento”. O autor exemplifica comparando o conceito entre Heidegger, Deleuze e Derrida. Para o primeiro sua noção “está no campo do ontológico, na relação de distanciamento entre o Ser e o Ente”. Na visão do segundo, a “diferença é o simulacro, no sentido da falsa cópia” e, com o terceiro, diferença “é “desenvolvimento da diferença”, isto é, diferença produzindo diferença”. Por fim, faz a distinção observando que, quando o tema da diferença migra da filosofia para as ciências humanas, o seu entendimento muda, para tornar-se o tema da alteridade e, assim, da multiculturalidade, do corpo, do gênero, da segmentação social, da etnia.

Os sujeitos culturais em formação para a docência e seus futuros alunos e alunas - são plurais em identidades e diferenças culturais. Essas não são fixas, mas sim resultados transitórios e fugazes de processos de identificação. Conforme Silva (2014, p. 146) trata-se de identificações em curso, entremeadas pelas dinâmicas de poder que só foram possíveis de compreender a partir da emergência das “teorias pós-críticas que estenderam nossa compreensão dos processos de dominação”. Entretanto, tem-se a impressão que essa temática, discutida há mais de duas décadas em outras ciências, figura quase despercebida na pesquisa geográfica escolar, campo que vem passando por uma significativa renovação.

Ao falarmos de Geografia Escolar nos referimos à Geografia renovada que, na visão de Melo et al. (2006) resultou das preocupações dos muitos professores e professoras que a partir de 1970 passaram a discutir a importância de um ensino mais crítico, mais reflexivo e sem memorização, respondendo questionamentos como: “para que serve a Geografia (?)”, quem a usa e para que (?). A Geografia interessada pelos sujeitos e suas realidades e não mais submissão e desvinculação de críticas. A noção de Geografia Escolar com a qual estamos trabalhando é definida por Lestegás (2002, p. 184), como “una creación particular y original de la escuela que responde a las finalidades sociales que le son propias”.

Sobre a renovação da Geografia brasileira Pires (2012, p. 1) ressalta que “as discussões e a aceitação de várias vertentes no campo do ensino, têm chegado às escolas de uma forma lenta e, em muitos contextos, ainda são pouco visíveis”. Pensando com Silva (2008), arriscaríamos dizer que essa demora ocorre também em nível do currículo de formação de professores e professoras de Geografia em relação a algumas temáticas tidas à margem na ciência geográfica.

2. A Geografia para a escola das identidades e das diferenças culturais

Segundo Claval (2001), a nova abordagem cultural se impôs à Geografia e contribuiu para sua renovação a partir da década de 1970. Até então a Geografia “não se importava com os problemas, muitas vezes dramáticos, que afetavam os grupos sociais, ignorava seus sofrimentos, suas revoltas e contestações ou ignorava até mesmo as paixões nacionais ou religiosas” (CLAVAL, 2001, p. 41-42).

A nova abordagem cultural, leva em consideração o papel do corpo dos sentidos na experiência humana, os recortes da realidade física e social pelas pessoas, a riqueza da imaginação que dá sentido às geografias mais diversas – a experiência do espaço, e que explore a maneira pela qual se constituem as identidades e os territórios. (CLAVAL, 2001, p. 43).

Sendo assim, a Geografia Escolar – que lida com a cultura nas espacialidades de ensino e aprendizagem e estuda a formação de professores e professoras, deve ir além da evidência empírica dos fatos no espaço geográfico, precisa adentrar aos seus significados. Pois como afirma Sepúlveda (2009, p. 10), “aprender sobre el espacio implica aprender algo sobre nosotros mismos. Aprender sobre el espacio implica reconocer la vastedad de la experiencia. Aprender sobre el espacio implica recuperar el cuerpo”.

Na nova Geografia cultural a abordagem acerca da cultura ocorre de elementos ressignificados e

reinterpretados permanentemente. “Vem daí uma tendência para os estudos geográficos em micro escalas” (CLAVAL, 2001, p. 61), inclusive do corpo como espaço, que perpassam também o espaço de formação docente em Geografia e os corpos dos sujeitos, com suas identidades e diferença, que se relacionam no espaço escolar.

Hall; Silva e Woodward (2014) trabalham com a noção de identidade não como um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Segundo esses autores as identidades não são nunca unificadas. Na modernidade tardia elas são cada vez mais fragmentadas, múltiplas e fraturadas, elas não são, nunca, singulares, são multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas, posições que podem se cruzar ou serem antagônicas. De forma complementar Brah (2006, p. 371) ressalta que “a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança”.

Para essa autora o conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados, a partir das identidades. No presente texto trabalhamos com essa noção de “diferença como identidade”, que está relacionada “a questões de experiência, subjetividade e relações sociais, pois Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais” (BRAH, 2006, p. 359).

Pensar os processos identitários nessa perspectiva - da pluralidade - é concebê-la para além da concepção multicultural liberal, em que a diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas e essencializadas. Silva (2000, p. 73) sugere que “a abordagem acerca da identidade e da diferença na escola não se limite a celebrá-las, mas que busque problematizá-las, sem perder de vista que as mesmas estão em uma relação de estreita dependência”. No espaço escolar elas precisam ser vistas “como processos de produção social, que envolve relações de poder”.

A historiografia da Geografia brasileira, segundo Silva (2009) evidencia as ausências e silêncios sobre determinados grupos no discurso científico. Ratts (2016) lembra que a diferença é um temário que emerge na sociedade, é reconhecido por alguns/umas teóricos/as da Geografia, mas não diretamente da área de ensino e didática. Frente a essa lacuna, faz-se pertinente à Geografia Escolar discutir e trabalhar as diferenças e identidades de forma interseccional no espaço da escola, visando à construção da alteridade que supere a ideia de inferior ou superior, presente no encontro com as diferenças.

Tratando-se de estudantes, professores e professoras, as diferenças e as identidades estão, em grande parte, no corpo, este que desempenha o papel na experiência humana sobre e nos diferentes espaços, dentre eles o escolar. Nesse sentido, Cavalcanti (2015, p. 69) argumenta a favor de no ensino de Geografia se atentar para as diferenças entre os alunos quanto a “diversos aspectos, destacando-se classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade, religião, idade, linguagem e origem geográfica”. A autora deixa claro que há necessidade de as reflexões geográficas acerca da diversidade cultural, entendê-las como “uma das maneiras de se vivenciar as diferenças, todas elas marcadas pelo quadro da desigualdade social”.

Ao pensar o espaço e a educação a partir da Geografia cultural, Rosendahl (2010), também argumenta que a Geografia renovada deve ser mais que um estudo e análise. Sua nítida natureza política deve interagir ativamente nas políticas culturais no exercício do importante papel de preservar as diferenças culturais, em busca do estabelecimento da justiça cultural, evidenciando a relevância que essa ciência tem no processo do reconhecimento e valorização das identidades e das diferenças no espaço escolar.

Espaço é a categoria central da Geografia. Para Massey (2008), o espaço é um produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual, distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. “o espaço é uma expressão da subjetividade e simultaneamente resulta de socialização” de culturas

(GARRIDO PEREIRA, 2011, p. 11). Como construto humano,

o espaço escolar, enquanto uma criação social, se faz de relações e funções próprias definidas socialmente, que possibilita e viabiliza funções específicas da ordem estatal e contraditorialmente constrói uma função limitada a vida cotidiana. Diante dessa concepção o espaço escolar pode ser compreendido como um ambiente que também é produzido e construído socialmente. (IAROCZINSKI; SILVA, 2008, p. 134).

As autoras ressaltam que o espaço escolar, devido suas especificidades, se diferencia do espaço no qual está inserido, pois, no seu interior existem regras de funcionamento pautadas numa proposta educacional que segue as linhas estruturais do poder regulador. Por outro lado, a escola é também um espaço de lutas, e os conflitos produzidos em seu espaço podem ser fontes de transformação social. Ao avaliar a abordagem da temática no Grupo de Trabalho Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades no XI ENANPEGE, Ratts et al. (2016, p. 241) ressaltam que o espaço escolar apareceu nos argumentos dos textos apresentados como um espaço de profundos tensionamentos que comportam tanto a reprodução das normas como simultaneamente a subversão e potencialidades de ação libertadora.

3. Teorias pós-críticas e Geografia: diálogos possíveis para a superação das diferenças silenciadas no espaço escolar

Com o intuito de situar a origem teórica que pretendemos abordar neste item, recorremos à opinião de Paraiso (2004), de que as teorias pós-críticas - pelo menos nos estudos sobre educação - são apontadas como o resultado dos efeitos combinados do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, sintetizados talvez na chamada “virada linguística”. As considerações de Silva (1999) elucidam como essas teorias devem ser articuladas para dar conta de desnudar as questões relevantes contidas no currículo:

[...] a teoria pós-crítica deve se combinar com a teoria crítica para nos ajudar a compreender os processos pelos quais, através de relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder. Depois das teorias críticas e pós-críticas do currículo, torna-se impossível pensar o currículo simplesmente através de conceitos técnicos como os de ensino e eficiência ou de categorias psicológicas como aprendizagem e desenvolvimento ou ainda de imagens estáticas como as de grade curricular e lista de conteúdos. (SILVA, 1999, p. 147).

Essas novas interpretações teóricas emergem das demandas dos movimentos sociais e educacionais que propõem a convivência democrática entre diferentes grupos e culturas, baseada no reconhecimento e valorização das diferenças, que se concretiza no reconhecimento da equivalência de direitos. Tal perspectiva, pensando com Fleuri (2006, p. 495-496) “configura uma proposta de educação para a alteridade, aos direitos do outro, à igualdade de dignidade e de oportunidades, uma proposta democrática ampla”.

Straforini e Pedro (2012, p. 29), ao discutirem a alteridade e práticas cotidianas no currículo de Geografia levantam algumas questões sobre a alteridade nessa ciência, dentre elas a pergunta: “Como o outro pode nos levar ao reencontro conosco mesmo, isto é, de nossas próprias geografias?” Para os autores a construção dessa alteridade passa pela aproximação maior dos/as pesquisadores/as com a escola, nos libertando do “olhar demasiadamente abstrato para com esse nível de escolaridade”.

Sobre a alteridade no espaço escolar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN instituíram desde 1997, que as escolas devem conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais na escola. Frente a essa demanda, nos parece que a preocupação da Geografia Escolar se apresenta ainda modesta, deixando

de questionar as relações e seus processos de diferenciações que geram desigualdades.

É papel para Geografia Escolar auxiliar os/as estudantes a construírem uma interpretação ativa do mundo. Esta se dá quando o sujeito do conhecimento “inclui a si próprio na constituição de fatos do cotidiano e do simbólico, ultrapassa o caráter contemplativo da busca da verdade” do espaço (NUNES, 2014, p. 8). Para Santos (2010, p. 143), “o sentido do aprender e ensinar a Geografia é se posicionar no mundo”. Este entendido “como uma noção que atenta para a complexidade espaço-temporal das relações sociais do/no espaço vivido, relações que o constroem, o influenciam e são influenciadas por ele [...]”.

Nessa perspectiva a diferença e a identidade que fluem no espaço da escola não devem ser percebidas como marcadores naturais e fixos, mas como construções culturais assimétricas e em movimento. Construções que devem ter suas produções explicadas, antes de simplesmente ser respeitadas e admitidas. Pois, conforme Silva (2014, p. 100), “a diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação”. E ainda, “os significados de quem somos nós e quem são os outros, não são dados no mundo, não existem fora da linguagem, antes são produzidos em práticas discursivas e estão implicados com relações de poder” (BONIN, RIPOLL, GUIZZO, 2016, p. 25).

4. Considerações finais

Após essa discussão, parece-nos razoável dizer que a Geografia cultural contém implícita, uma observação que reputamos fundamental: sua preocupação com o espaço vivido e os significados que os sujeitos atribuem às construções e vivências espaciais, corresponde com o propósito de ensino da Geografia Escolar no século XXI, que é desenvolver a vivência e a análise das experiências pluridisciplinares, impulsionando o desenvolvimento do entendimento das complexidades dos fenômenos humanos no espaço.

Nesse entendimento faz se pertinente a formação para a docência em Geografia contemplar a diversidade teórico-metodológica desse campo, incluindo as abordagens que não são hegemônicas dentro dessa ciência, mas que se propõem e vêm cumprindo o papel de questionar as relações de poder na construção das identidades e das diferenças no espaço escolar, por exemplo, quando se debruça a pesquisar sobre raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, geração, origem regional, etc., pois, “lançar abordagens que não são comuns dentro de uma determinada comunidade científica não é tarefa fácil porque isso implica em desconstruir tradições conceituais já consolidadas na tradição epistemológica [...]” (RATTS et. al., 2016, p. 232).

O espaço escolar, na medida em que é uma escala restrita, uma mostra de um espaço mais amplo em que está inserido, comporta as mesmas problemáticas relacionadas ao preconceito, ao racismo, à homofobia – guardada as proporções – revelando o pouco reconhecimento da alteridade cultural nos encontros, relações e práticas espaciais. Nesse espaço os sujeitos que, *a priori* teriam condições de promover intervenções pedagógicas visando construir a justiça social seriam os professores e as professoras de Geografia, no entanto, para que as intervenções ocorram com qualidade e construam as mudanças necessárias, faz-se imprescindível que o corpo docente seja qualificado para fazer as mediações didáticas e pedagógicas pertinentes no tempo-espacó adequados.

5. Referências

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela; GUIZZO, Bianca Salazar. Para pensar a educação e as diferenças

- sob um enfoque cultural. *Em Aberto*, Brasília, v. 29, n. 95, p. 25-37, jan./abr. 2016.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Ellis Cashmore com Michael Banton et al. tradução: Dinah Klevej. São Paulo: Summus, 2000. 598 p.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *O ensino de geografia na escola*. Campinas - SP: Papirus, 2012.
- CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 495-520, maio/ago. 2006.
- GARRIDO PEREIRA, Marcelo. La construcción de espacio escolar y la justicia social. *Revista Geográfica de América Central*. San Jose. *Número Especial - EGAL*. Ago.-Dez. 2011, p. 01-21.
- GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil*: uma breve discussão. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p>. Acesso em: 28 de fev. 2017.
- IAROCZINSKI, Adriane; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e violência no cotidiano vivido por crianças e adolescentes em Ponta Grossa-PR, 2005 – 2007. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 2 (1): 133-143 , jan./jun., 2008.
- LESTEGÁS, Francisco Rodriguez. Concebir la geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. *Boletín de la A.G.E.* N.º 33 – 2002. 171-186 p.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011. 279 p.
- MASSEY, Doreen B.: *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p. 20.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 188.
- NUNES, Camila Xavier. *Geografias do corpo: por uma geografia da diferença*. 261f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- PIRES, Lucineide Mendes. Ensino de geografia: cotidiano, práticas e saberes. XVI ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO. pp. 1 - 12 - UNICAMP – Campinas, 2012.
- RATTS, Alecsandro J. Prudêncio et. al. Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p. 229-244, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Desigualdades e diversidade na educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. *Terra Livre*. São Paulo/SP. Ano 26, V.1, n. 34 p. 141-160 Jan-Jun/2010.
- SEPÚLVEDA, U. *Vidas y Cuerpos Despojados del Lugar: La Espacialidad Propuesta por el Mundo Escolar*. In: GARRIDO, M. (Org.). *La espesura del lugar: Reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo*. Santiago: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2009, p. 85-100.
- SILVA, Idelma Santiago da. *Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. Defendida em: 07/03/2006. p. 181. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes; 2014. p. 73-102.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 128 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 151 p.

STRAFORINI, Rafael; PEDRO, Gabriel Brasil de Carvalho. Alteridade e práticas cotidianas e curriculares no ensino de geografia nos primeiros anos do ensino fundamental. In: XVI ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012., Campinas. *Anais*. Campinas: UNICAMP, 2012. p. 27-39.